



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 221/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1831/2011 (3 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Previdência do Município de Iranduba - FPMI.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Senhor Cristovão da Silva Brandão, Presidente do Fundo Municipal de Previdência do Município de Iranduba, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 43/2015 (fls. 503/504).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 770/2013–MP–ESB (fls. 480/484) e Despacho nº 125/2015-MP-ESB (fl. 505), do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. FPMI. Exercício 2010.

Contas Irregulares. Revelia. Multas. Prazo. Notificação ao Responsável. Recomendação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar IRREGULAR a prestação de contas do Fundo de Previdência do Município de Iranduba, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **Cristovão da Silva Brandão**, Presidente à época, conforme dispõe o Art. 22, III, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Julgar REVEL o Sr. **Cristovão da Silva Brandão**, Presidente do Fundo Municipal de Previdência do Município de Iranduba, referente ao exercício financeiro de 2010, com fulcro no art. 88, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

9.3- Aplicar MULTA ao Sr. **Cristovão da Silva Brandão**, Presidente do Fundo Municipal de Previdência do Município de Iranduba, exercício 2010, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos);

9.4- Aplicar MULTA no valor de R\$ **1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), por cada mês de atraso (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro) no encaminhamento de dados por meio magnético fora do prazo estabelecido no artigo 4º da Resolução nº10/2012-TCE, no valor total de R\$ **13.152,36** (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos);

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 221/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da **Cobrança Executiva**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.6- NOTIFICAR o responsável, com cópia do Acórdão, relatório/voto, para ciência do feito e interposição de recurso apropriado, caso queira;

9.7- Votar, ainda, pela **Recomendação à Origem** que adote as providências necessárias para que não haja reincidência das impropriedades.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de Março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral